



ESTADO DO PARÁ  
MINISTÉRIO PÚBLICO

CONTRATO Nº 92 /2014-MP-PA

CONTRATO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA  
QUE ENTRE SI FAZEM O MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DO PARÁ E A EMPRESA J.C.  
FREDERICO & CIA LTDA-ME.

Pelo presente instrumento, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**, com sede à Rua João Diogo nº 100, bairro Cidade Velha, CEP: 66.015-165, Belém-Pa, inscrito no CGC/MF sob o nº 05.054.960/0001-58, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça, Dr. **MARCOS ANTÔNIO FERREIRA DAS NEVES**, brasileiro, domiciliado e residente em Belém e a Empresa **J.C. FREDERICO & CIA LTDA-ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 09.220.357/0001-50, com sede à Rua Domingos Marreiros nº 727, Sala 07, bairro Umarizal, CEP: 66055-210, Belém-PA, Fone: (91) 3241-0059, E-mail: mmsprojetos@gmail.com, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pela Sra. **MELISSA MARTINEZ FREDERICO**, portadora do RG nº 4059673 e do CPF/MF nº 516.909.852-91, residente e domiciliado nesta cidade, tendo em vista a homologação do resultado da **CONCORRÊNCIA nº. 002/2013-MP/PA**, têm, entre si, justos e contratados, o que se segue.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO JURÍDICO**

1.1 Este contrato decorre da Licitação realizada através da **CONCORRÊNCIA nº 002/2013-MP/PA**, por execução indireta no regime de empreitada por preço global, no tipo menor preço, a qual está vinculada ao Processo: 87/2013 - SGJ-TA - Protocolo nº 22589/2013, à Ata de Registro de Preços nº 006/2014-MP/PA e tem como fundamento as Leis Federais nº 5.194/66, 6.496/77, 8.666/93, 8.883/94, 9.648/98 e 10.406/02, Lei Complementar 123/2006, Decreto 6.204/07, Lei Estadual nº 5.416/87 e demais regras do Direito Público e Privado aplicáveis à matéria que o subsidiarem.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**

2.1. O presente instrumento tem por objeto **Serviços de Elaboração de Projetos Básicos e Executivos, de Arquitetura e Complementares para obras de engenharia – nível 1 – até 500m<sup>2</sup>, para construção da nova sede das Promotorias de Justiça de Monte Alegre**, discriminado abaixo, conforme Planilha de Quantitativos e Preços, Especificações e Normas Técnicas e Plantas, vinculados ao procedimento licitatório.

**CLÁUSULA TERCEIRA– DOS DOCUMENTOS**

3.1. Os documentos abaixo elencados integram o presente contrato, em tudo que não o contrarie, de forma a complementar-se:

- 3.1.1. Proposta do **CONTRATADO**, apresentada em 08/01/2014, devidamente assinada e rubricada;
- 3.1.2. Projetos Básico (Planilha de Quantitativos e Preços, Especificações e Normas Técnicas e Plantas) e recomendações fornecidas pelo **CONTRATANTE**;

**CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR DO CONTRATO**

4.1. O Valor Global do presente contrato será de **R\$ 36.912,44 (trinta e seis mil novecentos e doze reais e quarenta e quatro centavos)**;

4.2. O objeto contratado poderá ser aumentando ou reduzido até o limite de 25%, mediante o interesse público, a necessidade de serviços e a conveniência administrativa, nos termos do art. 65, § 1º da Lei 8.666/93, salvo a exceção prevista no § 2º do art. 65 do mesmo diploma legal.



ESTADO DO PARÁ  
**MINISTÉRIO PÚBLICO**

**CLÁUSULA QUINTA – DA ORIGEM DOS RECURSOS**

5.1. Os recursos financeiros para atender as despesas decorrentes desta licitação estão previstos em dotação orçamentária, indicada no item 12 da Concorrência 002/2013-MP/PA, sendo que ao presente contrato cabe a (s) seguinte (s) classificação (ões) funcional (is) programática (s):

Atividade: 12101.03.122.1357.7442 – Expansão da Rede Física do Ministério Público  
Elemento de Despesa: 4490-51 – Obras e instalações  
Fonte: 0101 – Recursos Ordinários

**CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO**

- 6.1. Os pagamentos serão efetuados conforme **medição** e aceitação pela fiscalização. O Departamento Financeiro do Ministério Público até o 5º (quinto) dia útil depositará o pagamento junto ao **Banco ITAÚ, Agência 1573, Conta Corrente nº. 34.185-4**, salvo atraso na liberação de recursos pela Secretaria Executiva de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF, após a comunicação do valor aprovado pelo Departamento de Obras e Manutenção do Órgão, com aprova da autoridade superior, cujos pagamentos só se efetivarão após apresentação das Notas Fiscais.
- 6.2. A data de apresentação da nota fiscal/fatura será devidamente registrada nos autos do processo pelo responsável pelo recebimento dos serviços.
- 6.3. Qualquer pagamento só será efetivado, mediante reconhecimento pela Comissão Fiscalizadora, de legitimidade dos créditos requeridos, vedados pagamentos antecipados.
- 6.4. Na Nota Fiscal (Fatura), deverá vir discriminado o valor da mão de obra, para efeito de retenção do valor do INSS, na forma da Lei 9.711/98. O pagamento, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que a Contratada efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.
- 6.5. A nota fiscal/fatura que contiver erro será devolvida à Contratada para retificação e reapresentação, iniciando a contagem dos prazos fixados para o ATESTO a partir do recebimento da Nota Fiscal/Fatura corrigida.
- 6.6. A Contratada deve comprovar que mantém as condições de habilitação durante a vigência contratual, inclusive mediante demonstrativos de folha de pagamento e regular pagamento dos tributos, após a validade das certidões.
- 6.7. O pagamento fica condicionado à prova de regularidade perante a Fazenda Nacional, a Previdência Social e junto ao FGTS, cujos documentos comprobatórios deverão ser entregues pela Contratada no momento da entrega da nota fiscal/fatura.
- 6.8. Não efetuado o pagamento pelo CONTRATANTE no prazo estabelecido no item 14.1, e desde que não haja culpa do CONTRATADO, os valores correspondentes à fatura serão atualizados financeiramente com base no critério abaixo especificado, em observância ao art. 40, XIV, "c" da Lei 8.666/93 e suas alterações.

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

**EM**=Encargos Monetários

**N**=Número de dias entre a data prevista para o pagamento e do efetivo pagamento

**VP**=Valor da parcela a ser paga

**I**=Índice de compensação financeira, assim apurado:

$$I = (TX/100)$$

365 5

**TX**=Percentual da taxa anual do IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado, do IBGE.



ESTADO DO PARÁ  
**MINISTÉRIO PÚBLICO**

6.9. Fica reservado à Contratante o direito de não efetivar o pagamento se, no ato da aceitação da medição da execução dos serviços, esta não estiver de acordo com as condições pactuadas.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DO REGIME DE EXECUÇÃO**

- 7.1. Constitui obrigação da CONTRATADA a execução do serviço mencionado na Cláusula Segunda, em rigorosa obediência ao Edital e seus anexos, integrantes da **Concorrência nº. 002/2013-MP/PA**, recomendações fornecidas pelo Contratante.
- 7.2. As medições dos serviços deverão ocorrer a cada 30 (trinta) dias, contados a partir da data de seu início, conforme cronograma físico-financeiro a ser fornecido pela CONTRATADA, nos termos do art. 7, § 1º da Lei nº. 8.666/93;
- 7.3. A contratada deverá efetuar a medição dos serviços executados e entregar à contratante, que terá o prazo máximo de 30(trinta) dias para confirmar o aceite e processar a mesma.
- 7.3.1. No caso de não aceitação da medição realizada, a Contratante devolverá a Contratada para retificação, devendo emitir nova medição no prazo de 10 (dez) dias. A Contratada terá o prazo de 10 (dez) dias para confirmar ou não o aceite;
- 7.3.2. O Servidor responsável pela fiscalização do serviço manterá constante avaliação quantitativa e qualitativa da execução do objeto, inclusive ratificando junto aos fornecedores as aquisições da Contratada.

**CLÁUSULA OITAVA – DOS PRAZOS**

8.1. O prazo de vigência do contrato será de **09 (noves) meses** (estando nele incluso os prazos de Ordem de Início de serviço, execução, recebimento provisório e definitivo, eventual correção e pagamento), a contar do primeiro dia útil após a data da assinatura do Contrato, não podendo ser prorrogado, salvo se ocorrer qualquer um dos motivos do art. 57 §1º, da lei 8.666/93, que implique a prorrogação dos prazos de execução e, conseqüentemente, exija a prorrogação da vigência do contrato, observado o caput do mesmo dispositivo legal.

8.2. O prazo para **execução dos serviços** será de até:

- a) Etapa 1: 30 dias (sem furo de sondagem) e 45 dias (com furo de sondagem) consecutivos, contados a partir da emissão da ordem de serviço;
- b) Etapa 2: 30 dias consecutivos, contados a partir da data do aceite do produto da Etapa 1;
- c) Etapa 3: O prazo máximo para a entrega dos produtos da Etapa 3 será de 45 dias consecutivos, contados a partir da data do aceite do produto da Etapa 2.

8.3. Os serviços serão recebidos:

8.3.1. **Definitivamente**, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da assinatura do Termo de Recebimento Provisório;

8.3.2. O Termo de Recebimento Definitivo será lavrado e assinado pelo Diretor do Departamento de Obras e Manutenção do Ministério Público do Estado do Pará, pelo engenheiro do quadro permanente (habilitado tecnicamente) e pelo representante da Contratada;

8.3.3. Verificada a incompatibilidade dos materiais ou serviços entregues com o exigido na licitação ou que apresentem desconformidades com as exigências requisitadas no Projeto Básico, planilha, será o contratado obrigado a substituí-lo ou refazê-lo, conforme o caso, no prazo máximo de 05 (cinco) dias contados da comunicação, no total ou em parte, sem qualquer



ESTADO DO PARÁ  
**MINISTÉRIO PÚBLICO**

ônus para a Administração, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis, sendo-lhe, ainda, concedido 48 (quarenta e oito) horas para a retirada do material ou parte do que foi rejeitado.

8.3.3.1. A não substituição do material ou nova prestação do serviço no prazo estipulado pela FISCALIZAÇÃO ou a não retirada do material no prazo previsto no item anterior, sujeitará a Contratada em mora, cujo atraso computar-se-á desde o primeiro dia do vencimento do prazo.

8.4. O prazo de início, de etapa de execução, de conclusão e de entrega poderá ser prorrogado desde que, devidamente justificado o motivo e aceito pela Administração;

8.5. A prorrogação do Contrato só ocorrerá mediante rigorosa necessidade, nos termos do interesse e conveniência administrativa, vinculando-se ao que expressa o art. 57, §1º da Lei nº. 8.666/93, no que couber, como decorrência da necessidade de prorrogação de prazos de execução.

**CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTAMENTO**

9.1. O saldo do valor proposto e contratado será reajustado anualmente, a contar da data da proposta do Contratado, mediante requerimento escrito da Contratada, conforme a variação do Índice Nacional de Custo da Construção do Mercado (INCC-M) da Fundação Getúlio Vargas – FGV Dados (<http://www.fgvdados.com.br/>).

**CLÁUSULA DÉCIMA – DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

10.1. Sem que a isto limite seus benefícios, o CONTRATANTE terá os seguintes direitos:

- 10.1.1. Receber o serviço de acordo com o que consta neste instrumento, na Concorrência e nos seus anexos;
- 10.1.2. Receber os direitos sobre todos os projetos desenvolvidos, o que tornará possível copiá-los, alterá-los ou adaptá-los sempre que esta Instituição entender de sua conveniência.

10.2. Sem que a isto limite sua responsabilidade, será o CONTRATANTE responsável pelos seguintes itens:

- 10.2.1. Prestar ao CONTRATADO todos os esclarecimentos necessários à execução do serviço de engenharia.
- 10.2.2. Indicar o responsável pela fiscalização e acompanhamento dos serviços de engenharia, que deverá proceder à rigorosa fiscalização da execução do serviço de engenharia, devendo anotar em livro de ocorrências as irregularidades porventura havidas, dando conhecimento formal por relatório, à autoridade superior, sob pena de responsabilidade do agente fiscalizador.
- 10.2.3. O CONTRATANTE deverá notificar formalmente o CONTRATADO, pela ocorrência de irregularidades que a fiscalização identificar na execução de serviço de engenharia, até para que possa a empresa proceder a reparos, a menos que o livro de ocorrência esteja no serviço.
- 10.2.4. Relacionar-se com o CONTRATADO exclusivamente por meio de pessoa por ela indicada;
- 10.2.5. Efetuar o pagamento nas condições estabelecidas neste instrumento.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

11.1. Sem que a isto limite seus benefícios, o CONTRATADO terá os seguintes direitos:

- 11.1.1. Receber informações e esclarecimentos necessários ao cumprimento das condições estabelecidas neste Contrato;
- 11.1.2. Receber o Atesto do recebimento do objeto contratado após verificação das especificações;



ESTADO DO PARÁ  
**MINISTÉRIO PÚBLICO**

- 11.1.3. Receber formalmente a notificação de ocorrência de irregularidades que a fiscalização identificar na execução do serviço, a menos que o livro de ocorrências esteja no local do serviço, até para que possa a empresa proceder reparos.
- 11.1.4. Receber o pagamento nas condições estabelecidas neste instrumento.
- 11.2. Sem que a isto limite sua responsabilidade, será o **CONTRATADO** responsável pelos seguintes itens
- 11.2.1. Apresentar, em conjunto com a entrega da etapa 1 (Projeto Básico):
- 11.2.1.1. Providenciar junto ao CREA as Anotações de Responsabilidade Técnica – ART's referentes ao objeto do contrato e dos profissionais das especialidades pertinentes, nos termos da Lei n.º 6.496/77;
- 11.2.2. Executar os serviços rigorosamente de acordo com as especificações determinadas na Concorrência, bem como aos anexos que se vinculam a este Instrumento obedecidos os critérios e padrões de qualidade predeterminados.
- 11.2.3. Durante a execução do serviço de engenharia o **CONTRATADO** deverá observar todas as normas ambientais e do Código de Postura do Município.
- 11.2.4. Cumprir as normas Práticas de Projeto, Construção e Manutenção de Edifícios Públicos, Normas da ABNT e do INMETRO, inclusive as normas de concessionárias de serviços públicos, do corpo de bombeiros e as Instruções e Resoluções dos Órgãos do Sistema CREA.
- 11.2.5. Os responsáveis técnicos pelos serviços de engenharia a serem desenvolvidos deverão ter vínculo formal com o **CONTRATADO**.
- 11.2.6. Manter, na direção do serviço de engenharia, profissional legalmente habilitado pelo CREA, que será seu preposto, vinculando-se às condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;
- 11.2.7. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços de engenharia, objeto deste contrato, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o contrato, no prazo determinado.
- 11.2.8. Conduzir os serviços de engenharia em estrita observância com as normas da Legislação Federal, Estadual e Municipal, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos.
- 11.2.9. Cumprir todas as solicitações e exigências feitas pela Administração.
- 11.2.10. Fornecer, mediante solicitação escrita, todos os esclarecimentos ou informações julgadas relevantes pelo **CONTRATANTE**, ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos serviços;
- 11.2.11. Paralisar, por determinação da **CONTRATANTE**, qualquer serviço que não esteja sendo executado de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens, inclusive de terceiros;
- 11.2.12. Arcar com todos os encargos e obrigações de natureza social, trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa, comercial, criminal, civil e contas de água e energia elétrica decorrente da execução do objeto desta licitação, inclusive, em caso de inadimplência de encargos e obrigações de o **CONTRATADO**, tais responsabilidades não se transferem para o **CONTRATANTE**, consoante previsão do art. 71 e seu parágrafo 1º, Lei n° 8.666/93.
- 11.2.13. O **CONTRATADO** deverá manter o Ministério Público do Estado do Pará a salvo de quaisquer queixas, reivindicações ou reclamações de seus empregados e/ou propostos e/ou terceiros, em decorrência do cumprimento do Contrato a ser celebrado.
- 11.2.14. Comunicar ao **CONTRATANTE** quaisquer eventos que possam comprometer a execução do contrato, tais como: dissolução da sociedade ou o falecimento do **CONTRATADO**, decretação de falência ou recuperação judicial, débitos previdenciários, de FGTS e Sociais e outras situações, que afetem a estabilidade econômico-financeira da Empresa, com repercussões no contrato.



ESTADO DO PARÁ  
**MINISTÉRIO PÚBLICO**

- 11.2.15. Responder civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, independente de dolo ou culpa, no cumprimento do contrato, venha diretamente provocar ou causar por si ou por seus empregados à Administração e/ou a terceiros, salvo na ocorrência de caso fortuito, ou força maior, apurados na forma da legislação vigente. Sendo que a responsabilidade do contratado não está excluída nem fica reduzida pela fiscalização ou acompanhamento pelo contratante.
- 11.2.16. Manter durante todo o prazo de vigência da relação obrigacional com a Contratante a regularidade com o sistema de seguridade social, com a legislação trabalhista, normas e padrões de proteção ao meio ambiente e cumprimento dos direitos da mulher, inclusive os que protegem a maternidade, sob pena de rescisão contratual, sem direito a indenização conforme preceitua o art. 28 §4º da Constituição do Estado do Pará.
- 11.2.17. A obrigação do CONTRATADO de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO (somente para contratos a partir de R\$100.000,00)**

- 12.1. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo máximo de 10 dias após a assinatura do contrato, garantia de execução, dentre uma das modalidades prevista no § 1º do art. 56, da Lei nº 8.666/93, no valor de **R\$ 0,00 (ZERO)**, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato.
- 12.1.1. O **CONTRATANTE** fica autorizado a utilizar a garantia para corrigir imperfeições na execução do Objeto deste Contrato ou recuperar danos decorrentes da ação ou omissão do **CONTRATADO** ou de preposto seu ou, ainda, para satisfazer qualquer obrigação resultante ou decorrente de suas ações ou omissões.
- 12.1.2. O **CONTRATADO** se obriga a repor, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, o valor da garantia que vier a ser utilizado pelo **CONTRATANTE**.
- 12.1.3. A garantia prestada será retirada definitivamente, integralmente ou pelo saldo que apresentar, no caso de rescisão por culpa do **CONTRATADO**, sem prejuízo das penalidades cabíveis.
- 12.1.4. A garantia será restituída, automaticamente ou por solicitação, somente após integral cumprimento de todas as obrigações contratuais, inclusive recolhimento de multas e satisfação de prejuízos causados ao **CONTRATANTE**.
- 12.1.5. Em se tratando da modalidade fiança bancária, deverá constar do instrumento a expressa renúncia pelo fiador dos benefícios previstos nos arts. 827 e 835 do Código Civil.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO**

- 13.1. A fiscalização do serviço, desde o início dos trabalhos até seu recebimento definitivo, atuará no interesse exclusivo do **CONTRATANTE**, não excluindo nem reduzindo a responsabilidade do **CONTRATADO**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade.
- 13.1.1. A responsabilidade do **CONTRATADO** pela qualidade, correção e segurança dos trabalhos subsistirá, na forma da lei vigente, mesmo após o recebimento definitivo do serviço licitado, nos termos dos arts. 69 e 70 e § 2º do art. 73 da Lei nº 8.666/93.
- 13.2. Ficam designados os servidores **Luiz Ricardo Pinho** e **Marco Valério de Albuquerque Vinagre** e, no impedimento destes, **Sue Anne Marçal** e **André de Oliveira Sobrinho**, lotados no Departamento de Obras e Manutenção, para representar a Administração no exercício do dever de acompanhar e fiscalizar a execução do presente contrato, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PENALIDADES E MULTAS**

Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao **CONTRATADO** as sanções previstas nos art. 86 e 87 da Lei 8.666/93, conforme segue:



ESTADO DO PARÁ  
**MINISTÉRIO PÚBLICO**

**14.1. ADVERTÊNCIA**

14.1.1. No caso de descumprimento de Cláusula Contratual que não interfira na execução dos serviços de engenharia ou na sua conclusão e não traga sérios prejuízos econômicos e funcionais a este Órgão.

**14.2. MULTA**

14.2.1. Pelo atraso injustificado no início da execução dos serviços, no andamento previsto no cronograma ou na conclusão do mesmo, a contratada ficará sujeita à penalidade de multa, a ser calculada pela seguinte equação.

$$M=(C/T) \times N \times F$$

Onde:

**M**=valor da multa

**C**=valor correspondente à fase, etapa ou parcela do serviço em atraso.

**T**=prazo para execução da fase, etapa ou parcela do serviço, em dias úteis

**N**=período de atraso em dias corridos

**F**=fator percentual progressivo segundo tabela abaixo:

PERÍODO DE ATRASO EM DIAS CORRIDOS	F
1º- Até 10 dias	0,03
2º- De 11 a 20 dias	0,06
3º-De 21 a 30 dias	0,09
4º-De 31 a 40 dias	0,12
5º-Acima de 41 dias	0,15

14.2.2. Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, quando o CONTRATADO, sem a existência de motivo justo, der causa à irregularidades na execução ou atrasar a execução do serviço por período superior a 60(sessenta) dias corridos

14.2.3. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, quando o CONTRATADO, sem a existência de motivo justo, der causa à inexecução parcial do Contrato.

14.2.4. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, nos casos de inexecução total do contrato.

14.2.5. As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra.

14.2.6. A multa será cobrada administrativamente pelo Órgão ou, ainda, judicialmente.

**14.3. SUSPENSÃO**

14.3.1. Pela inexecução total ou parcial ou irregularidades na execução do Contrato, não justificada e/ou não aceita pela Administração, aplicar-se á suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Ministério Público do Estado do Pará, pelo período de até 02 (dois) anos, conforme segue:

- I. Por 01 (um) ano, nos casos de inexecução parcial ou irregularidades na execução;
- II. Por 02 (dois) anos, nos casos de inexecução total do contrato.

**14.4. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE**

14.4.1. No caso de inexecução do contrato que configure ilícito penal, será declarada a inidoneidade do contratado para licitar e contratar com a Administração Pública Estadual enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.



ESTADO DO PARÁ  
**MINISTÉRIO PÚBLICO**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL**

15.1. Além da responsabilidade administrativa e da penal, se for o caso, o Contratado se responsabiliza civilmente pela execução deste Contrato, obrigando-se a executá-lo em obediência às normas jurídicas e técnicas e aos regulamentos pertinentes, além de observar totalmente as disposições contidas na Concorrência e seus anexos.

15.1.1. Se o contratado, por ato ilícito (arts. 186 e 187 do Código Civil), causar dano ao Contratante ou a outrem, fica obrigado a repará-lo, nos termos dos arts. 927 e ss., do Código Civil.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

16.1. Observado o disposto no art. 65 da Lei 8.666/93, o presente contrato poderá ser alterado mediante as devidas justificativas nos seguintes casos:

16.1.1. Unilateralmente pela Administração;

a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei 8.666/93;

16.1.2. Por acordo das partes;

a) quando necessária a modificação do regime de execução do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

b) quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro aprovado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução do serviço;

c) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA RESCISÃO**

17.1. O Contrato Administrativo decorrente desta licitação poderá ser rescindido:

17.1.1. Unilateralmente, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93;

17.1.2. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

17.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação processual;

17.2. No caso de rescisão contratual, devidamente justificada nos autos do Processo, terá o **CONTRATADO** no prazo de 05 (cinco dias) úteis, contados da notificação, assegurado o direito ao contraditório e a ampla defesa.

17.3. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as devidas conseqüências contratuais, conforme art. 77 da lei nº 8.666/93.

17.4. São motivos para a rescisão contratual, sem prejuízo dos demais motivos previstos no art.78 da Lei nº. 8.666/93:

a) O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;



ESTADO DO PARÁ  
**MINISTÉRIO PÚBLICO**

- b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- c) A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;
- d) O atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;
- e) A paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- f) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas na Concorrência nº 002/2013-MP/PA e no contrato;
- g) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- h) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas no livro de ocorrências e nos termos dos subitens 10.2.3 e 11.2.10 deste contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 18.1. A direção dos serviços de engenharia contratados cabe exclusivamente ao CONTRATADO que se obriga a obedecer às normas e especificações da ABNT e às indicações previstas neste instrumento
- 18.2. Nos casos omissos, aplicam-se as disposições da Lei nº. 8.666/93, legislações específicas de serviços de engenharia e demais normas do Direito Público e Privado que subsidiarem o presente instrumento conforme subitem 1.1, bem como as regras estabelecidas no processo licitatório pertinente.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICIDADE**

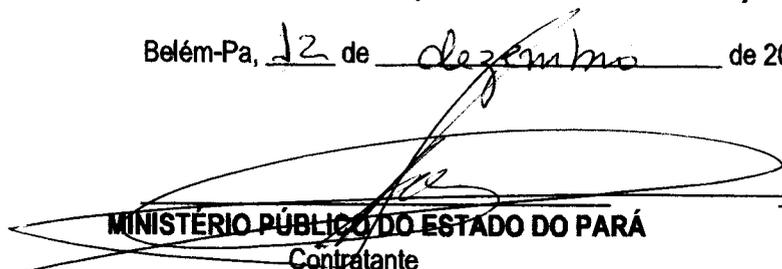
A publicação do presente instrumento em extrato, no Diário Oficial do Estado, ficará a cargo do Contratante, no prazo e forma disposto na legislação pertinente.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO**

A interpretação e execução deste contrato serão regidas pelas leis brasileiras perante o Foro da Justiça Estadual do Pará, Comarca de Belém-PA, onde serão dirimidas todas as controvérsias oriundas deste contrato.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias, de igual teor e para um único efeito, conjuntamente com as testemunhas a seguir, a todo o ato presente, para que se produzam os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se a cumprir e fazer cumprir o presente contrato, por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

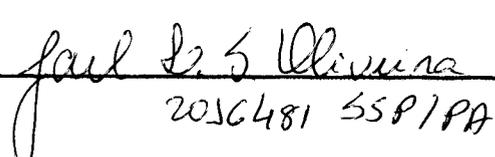
Belém-Pa, 12 de dezembro de 2014.

  
**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**  
Contratante

  
**J.C. FREDERICO & CIA LTDA-ME**  
Contratada

**TESTEMUNHAS:**

1) \_\_\_\_\_  
RG: \_\_\_\_\_

2)   
RG: 2056481 5581PA



ESTADO DO PARÁ  
MINISTÉRIO PÚBLICO

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA  
PROJETO BÁSICO E EXECUTIVO PARA REFORMAS E OBRAS DO MPE

CT 3 - MONTE ALEGRE					
Item	Descrição	Un.	Quant.	R\$ Unit.	R\$ Total
<b>1</b>	<b>PROJETO ARQUITETÔNICO E AFINS</b>				
01.2	Projeto Básico de Arquitetura				
01.3	Projeto Executivo de Arquitetura, c/ estudo de volumetria e no mínimo duas fachadas	m <sup>2</sup>	317,00	R\$ 2,00	R\$ 634,00
01.5	Comunicação Visual	m <sup>2</sup>	317,00	R\$ 21,00	R\$ 6.657,00
01.6	Paisagismo	m <sup>2</sup>	317,00	R\$ 4,36	R\$ 1.382,12
01.8	Levantamento Topográfico e Cadastral, abaixo de 2.000 m <sup>2</sup> de terreno, c/ inventário florestal.	m <sup>2</sup>	14,00	R\$ 2,00	R\$ 28,00
01.11	Mobilização p/ Levantamento Topográfico, em Km (deslocamento hidroviário).	m <sup>2</sup>	420,00	R\$ 1,50	R\$ 630,00
		milhas	551,78	R\$ 1,50	R\$ 827,67
<b>2</b>	<b>PROJETOS COMPLEMENTARES</b>				<b>R\$ 10.158,79</b>
<b>2.1</b>	<b>PROJETOS ESTRUTURAIS E AFINS</b>				
02.1.2	Furo de Sondagem - mais de 15 metros.				
02.1.6	Estrutural de Fundações.	unid.	3,00	R\$ 2.210,00	R\$ 6.630,00
02.1.7	Estrutural em Concreto.	m <sup>2</sup>	317,00	R\$ 5,60	R\$ 1.775,20
		m <sup>2</sup>	317,00	R\$ 8,45	R\$ 2.678,65
<b>2.2</b>	<b>PROJETOS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, ELETRÔNICAS E AFINS</b>				<b>11.083,85</b>
02.2.1	Elétrico, sistema de iluminação, fornecimento e energia, rede estabilizada, luz e força, energia p/ ar condicionado, aterramento e SPDA.	m <sup>2</sup>	317,00	R\$ 8,00	R\$ 2.536,00
02.2.2	Rede Estruturada e Dados.	m <sup>2</sup>	317,00	R\$ 4,50	R\$ 1.426,50
02.2.3	Controle de Acesso (alarme e monitoramento) e CFTV.	m <sup>2</sup>	317,00	R\$ 3,50	R\$ 1.109,50
					<b>R\$ 5.072,00</b>
<b>2.3</b>	<b>PROJETO HIDROSSANITÁRIO, INCÊNDIO, DRENAGEM E AFINS</b>				
02.3.2	Hidrossanitário sem aproveitamento dos recursos hídricos.				
02.3.3	Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio, inclusive detecção e alarme.	m <sup>2</sup>	317,00	R\$ 6,00	R\$ 1.902,00
02.3.4	Rede de Drenagem.	m <sup>2</sup>	317,00	R\$ 2,80	R\$ 887,60
		m <sup>2</sup>	92,00	R\$ 3,45	R\$ 317,40
<b>2.4</b>	<b>PROJETO DE CLIMATIZAÇÃO (AR CONDICIONADO), EXAUSTÃO E AFINS</b>				<b>R\$ 3.107,00</b>
02.4.1	Sistema de Climatização e Exaustão.	m <sup>2</sup>	317,00	R\$ 7,40	R\$ 2.345,80
<b>3</b>	<b>ORÇAMENTO GERAL E COMPATIBILIZAÇÃO DOS PROJETOS</b>				<b>R\$ 2.345,80</b>
<b>3.1</b>	<b>PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ANALÍTICA E SINTÉTICA DO CUSTO GERAL DA OBRA</b> , composição de custo unitário de serviços, cronograma físico financeiro, compatibilização de projetos com análise crítica e consolidação do documento geral com as especificações técnicas.	m <sup>2</sup>	420,00	R\$ 12,25	R\$ 5.145,00
					<b>R\$ 5.145,00</b>
<b>TOTAL DOS SERVIÇOS</b>					<b>R\$ 36.912,44</b>

**RESOLUÇÃO:**  
CONCEDER à servidora **REJANE NAZARE CUNHA DOREA**, Assessor Técnico de Controle Externo TCE-ATNS-601 Classe A Nível 1, matrícula nº 7716192, 10 (dez) dias de licença para tratamento de saúde, nos termos do artigo 81 da Lei nº 5.810/94, no período de 06 a 15-11-2014.  
PORTARIA Nº 29.101, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.  
A Secretária de Administração do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com a Resolução nº 18.018, de 19-05-2011, e  
CONSIDERANDO os termos do Laudo Médico nº 161545A/1-CREM-SEAD, de 24-11-2014,  
**RESOLUÇÃO:**  
CONCEDER à servidora **MÁRCIA FIGUEIREDO MEIRA**, Assessor Técnico de Controle Externo TCE-ATNS-601 Classe B Nível 2, matrícula nº 0612774, 90 (noventa) dias de licença em prorrogação para tratamento de saúde, nos termos do artigo 83 da Lei nº 5.810/94, no período de 21-11-2014 a 18-02-2015.  
**Protocolo 781446**

**DIÁRIO**

**PORTARIA Nº 29.078 - FUNTCE, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2014.**  
O Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições,  
**RESOLUÇÃO:**  
DESIGNAR para participar do Evento "Os Tribunais de Contas e o Desafio da Qualidade/Agilidade do Controle Externo" em Brasília - DF, o servidor **ALBERTO VIEIRA DE SOUZA JUNIOR**, Secretário de Planejamento e Gestão Estratégica TCE-CPC-200 NS-03, matrícula nº 0100651, concedendo-lhe 03 (três) diárias e ½ (meia) para o período de 14 a 17-12-2014.  
**Protocolo 781443**

Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em sessão do dia 20 de novembro de 2014, tomou as seguintes decisões:

**ACÓRDÃO Nº. 54.201**

Processo nº. 2007/51910-8  
Assunto: Tomada de Contas instaurada na PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PONTA e a SEPOF  
Responsável: MÁRIO CEZAR SOBRAL MARTINS, Prefeito à época.

Relator: Conselheiro ANDRÉ TEIXEIRA DIAS  
Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 56, inciso I e art. 60, da Lei Complementar nº. 81, de 26 de abril de 2012:

I - julgar regulares as contas, na importância de R\$96.000,00 (noventa e seis mil reais) e aplicar ao Sr. MÁRIO CEZAR SOBRAL MARTINS, Prefeito à época, CPF 057.793.162-87, a multa no valor de R\$ 800,00 (oitocentos reais) pela instauração de tomada de contas;

II - Aplicar ao Sr. Marivaldo Pereira Campos, Prefeito à época, CPF 561.627.822-04, multa de R\$ 800,00 (oitocentos reais) pelo não atendimento à diligência deste Tribunal.

III - Deixar de aplicar multa ao Sr. Frederico Aníbal da Costa Monteiro, Secretário à época, da SEPOF, em razão de constar nos autos o Laudo Conclusivo de execução do objeto do Convênio.

As multas em epígrafe deve rão ser recolhidas na forma do disposto na Lei Estadual nº 7.086/2008, c/c os arts. 2º, IV, e 3º da Resolução nº 17.492/2008-TCE, no prazo de trinta (30) dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente das multas imputadas, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º, da Constituição Federal.

**ACÓRDÃO Nº. 54.205**

Processos nºs. 2013/51600-2, 2013/52088-1 e 2013/52135-2

Requerente: INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ

Relatora: Auditora MILENE DIAS DA CUNHA  
Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto da Exma. Sra. Auditora Convocada, com fundamento no art. 34, inciso II, da Lei Complementar nº 81, de 26 de abril de 2012, o que segue:

I - Registrar os Atos de aposentadorias relativos aos processos abaixo relacionados;

Processo nº 2013/51600-2 - MARIA DAS DORES NOGUEIRA DA SILVA, no cargo de Professor, Classe Especial - Nível I, lotada na Secretaria de Estado de Educação, Portaria AP n. 1395, de 30/03/2012;

Processo nº 2013/52088-1 - MARIA DAS NEVES SALDANHA MORAES, no cargo de Professor, Classe I, Nível I, lotada na Secretaria de Estado de Educação, Portaria AP n. 3484, de 05/09/2012;

Processo nº 2013/52135-2 - MARIA LÚCIA GOMES MAGNO, no cargo de Professor, Classe Especial - Nível J, lotada na Secretaria de Estado de Educação, Portaria AP n. 1780, de 04/05/2012.

II - Encaminhar ao PGE cópia desta decisão e parecer do Ministério Público de Contas, para as medidas cabíveis.  
**Protocolo 781288**

**MINISTÉRIO PÚBLICO****MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ****ADMISSÃO DE SERVIDOR****ATO Nº 118/2014**

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o Edital nº 19/2013, de 8/7/2013, publicado no D.O.E. de 9/7/2013, que homologou o resultado final dos cargos de nível superior do Concurso de Ingresso para cargos efetivos do Ministério Público do Estado do Pará,

**RESOLUÇÃO:**  
**NOMEAR**, de acordo com o art. 183 da Constituição do Estado do Pará, c/c os arts. 6º, inciso I, e 7º da Lei Estadual nº 5.810, de 24/1/1994:

TECNICO - ANALISTA DE SISTEMA - MODELAGEM DE SISTEMAS	CLASS	OBS
ADAM DREYTON FERREIRA DOS SANTOS	9	-

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.  
GABINETE DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
Belém, 9 de dezembro de 2014.

**MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES**

Procurador-Geral de Justiça

**Protocolo 781459**

**CONTRATO**

**Nº do Contrato:** 090/2014-MP/PA

**Modalidade de Licitação:** Pregão Eletrônico nº 050/2013-MP/PA

**Partes Contratantes:** Ministério Público do Estado do Pará e a empresa M. C. Xerfan Recepções - ME.

**Objeto:** Prestação de serviços de alimentação.

**Data da Assinatura:** 11/12/2014

**Vigência:** 11/12/2014 a 10/03/2015

**Valor Global:** R\$38.020,00 (trinta e oito mil e vinte reais).

**Dotação Orçamentária:** Atividade: 12101.03.122.1297.4534;

Elemento de Despesa: 3390-39; Fonte: 0101.

**Foro:** Belém.

**Ordenador responsável:** Marcos Antônio Ferreira das Neves.

**Endereço da Contratada:** Rua Veiga Cabral, 1212-A, Bairro de Batista Campos, cidade de Belém-PA.

**Protocolo 781056**

**Nº do Contrato:** 091/2014-MP/PA

**Modalidade de Licitação:** Pregão Eletrônico nº 051/2014-MP/PA

**Partes Contratantes:** Ministério Público do Estado do Pará e a empresa Repremig Representação e Comércio de Minas Gerais Ltda.

**Objeto:** Aquisição de impressora monocrômica wireless e impressora multifuncional monocrômica.

**Data da Assinatura:** 11/12/2014

**Vigência:** 12/12/2014 a 11/05/2015

**Valor Global:** R\$228.200,00 (duzentos e vinte e oito mil e duzentos reais).

**Dotação Orçamentária:** Atividade: 12101.03.126.1357.6465;

Elemento de Despesa: 4490-52; Fonte: 0101.

**Foro:** Belém.

**Ordenador responsável:** Marcos Antônio Ferreira das Neves.

**Endereço da Contratada:** Rua Vicentina Coutinho Camargos, 275A, Bairro de Álvaro Camargos, CEP: 30860-130, Belo Horizonte-MG.

**Protocolo 781091**

**Nº do Contrato:** 092/2014-MP/PA

**Modalidade de Licitação:** Concorrência nº 002/2013-MP/PA

**Partes Contratantes:** Ministério Público do Estado do Pará e a empresa J.C. FREDERICO & CIA. LTDA-ME.

**Objeto:** Serviços de elaboração de projetos básicos e executivos, de arquitetura e complementares para obras de engenharia - nível 1 - até 500m², para construção da nova sede das Promotorias de Justiça de Monte Alegre.

**Data da Assinatura:** 12/12/2014  
**Vigência:** 15/12/2014 a 14/09/2015  
**Valor Global:** R\$ 36.912,00 (trinta e seis mil novecentos e doze reais).  
**Dotação Orçamentária:** Atividade: 12101.03.122.1357.7442;  
Elemento de Despesa: 4490-51; Fonte: 0101.  
**Foro:** Belém.  
**Ordenador responsável:** Marcos Antônio Ferreira das Neves.  
**Endereço da Contratada:** Rua Domingos Marreiros nº 727, sala 07, Bairro Umarizal, CEP: 66055-210, Belém-PA.  
**Protocolo 781542**

**Nº do Contrato:** 093/2014-MP/PA

**Modalidade de Licitação:** Pregão Eletrônico nº 056/2014-MP/PA

**Partes Contratantes:** Ministério Público do Estado do Pará e a empresa JARDINS & PARQUES SERVIÇOS E COMÉRCIO DE PLANTAS LTDA - EPP.

**Objeto:** Serviços de manutenção e conservação das áreas verdes, incluindo jardins, vasos, canteiros e floreiras dos prédios do Ministério Público do Estado do Pará.

**Data da Assinatura:** 12/12/2014

**Vigência:** 15/12/2014 a 14/12/2015

**Valor Global:** R\$67.739,76 (sessenta e sete mil, setecentos e trinta e nove reais e setenta e seis centavos).

**Dotação Orçamentária:** Atividade: 12101.03.122.1357.6464;

Elemento de Despesa: 3390-39; Fonte: 0101.

**Foro:** Belém.

**Ordenador responsável:** Marcos Antônio Ferreira das Neves.

**Endereço da Contratada:** Rua dos Tamoios, 1469, bairro Batista Campos, Belém-PA, CEP: 66025-540.

**Protocolo 781544**

**Nº do Contrato:** 094/2014-MP/PA

**Modalidade de Licitação:** Inexigibilidade de Licitação nº 046/2014-MP/PA

**Partes Contratantes:** Ministério Público do Estado do Pará e a empresa EDITORA FÓRUM LTDA.

**Objeto:** Prestação pela contratada da assinatura da Biblioteca Digital Fórum de Direito, garantindo a todos os servidores e membros do Ministério Público do Estado do Pará o acesso permanente, simultâneo e ilimitado, por meio da intranet, ao conteúdo contratado.

**Data da Assinatura:** 12/12/2014

**Vigência:** 12/12/2014 a 11/12/2015

**Valor Global:** R\$ 82.702,00 (oitenta e dois mil setecentos e dois reais).

**Dotação Orçamentária:** Atividade: 12101.03.122.1297.4534;

Elemento de Despesa: 3390-39; Fonte: 0101.

**Foro:** Belém.

**Ordenador responsável:** Marcos Antônio Ferreira das Neves.

**Endereço da Contratada:** Rua Paulo Ribeiro Bastos nº 211, Bairro Jardim Atlântico, CEP: 31710-430, Belo Horizonte-PA.

**Protocolo 781568**

**RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

**PROCESSO Nº. 235/2014-SGJ-TA**

**PROTOCOLO Nº. 44126/2014**

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 051/2014-MP/PA**

**TERMO DE RATIFICAÇÃO**

Com base no art. 25, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93, e diante do parecer nº 096/2014 - Analista Jur. - LC, ratifico a contratação direta da empresa WYTRON TECHNOLOGY CORPORATION LTDA, por Inexigibilidade de Licitação, com fulcro no artigo 25, inciso I, da aludida lei, para aquisição e instalação do Software destinado a atualização da plataforma de gravação Wytron Technology utilizado pelo GAECO, totalizando o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais)

Belém, 12 de dezembro de 2014.

**MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES**

Procurador-Geral de Justiça

**Protocolo 781597**

**PROCESSO Nº. 234/2014-SGJ-TA**

**PROTOCOLO Nº. 49258/2014**

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 050/2014-MP/PA**

**TERMO DE RATIFICAÇÃO**

Com base no art. 25, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93, e diante do parecer nº 096/2014 - Analista Jur. - LC, ratifico a contratação direta da empresa ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA, por Inexigibilidade de Licitação, com fulcro no artigo 25, inciso I, da aludida lei, para prestação de serviço de suporte técnico do Software Oracle, para 4 (quatro) usuários no valor total anual de R\$ 31.463,64 (trinta e um mil quatrocentos e sessenta e três reais e sessenta e quatro centavos)

Belém, 12 de dezembro de 2014.

**MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES**

Procurador-Geral de Justiça

**Protocolo 781603**